Sustentabilidade e políticas públicas no Estado de Pernambuco.

Silva de Souza Mauricio.

Cita:

Silva de Souza Mauricio (2010). *Sustentabilidade e políticas públicas no Estado de Pernambuco*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/284>

Sustentabilidade e políticas públicas no Estado de Pernambuco

Mauricio Silva de Souza¹
mauricss@gmail.com

Introdução

O propósito do projeto de doutorado que estamos iniciando na Universidade Federal de PE é analisar a gestão das políticas de desenvolvimento econômico referente a questões ambientais no que concerne às mudanças climáticas e suas conseqüências no Estado de Pernambuco, vinculando-as com as orientações propostas na esfera da Assistência Social. Sendo, assim, pretendemos neste estudo contemplar a investigação acerca da inclusão do aquecimento global no planejamento das políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado como, também, objetivamos discutir o papel da atuação do Governo Estadual como articulador na implantação deste tema através de sua relação com o Governo Federal e com Organizações Internacionais, Nacionais e Locais.

Esse tema cuja característica promove o trabalho com a interdisciplinaridade utiliza conhecimentos de várias áreas, dentre elas, Ciências Econômicas, Sociologia, Ciências Políticas, Relações Internacionais, Administração e História. Conceber a pesquisa a partir da perspectiva interdisciplinar será fundamental para este estudo, haja vista que o diálogo com as áreas de conhecimento em questão proporcionará inteligibilidades à análise das políticas públicas de desenvolvimento econômico em nosso Estado.

Convém destacar que o nosso interesse para estudar o assunto em foco foi despertado através da compreensão de um trabalho de integração entre desenvolvimento social, ambiental e econômico, tão necessário à

¹ Historiador pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (Brasil), Especialista em Economia da Mudança Climática pela University of Cambridge (Inglaterra), Mestre em Políticas Públicas pela University of Sheffield (Inglaterra) e Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (Brasil) . Professor das Faculdades Integradas de Vitória do Santo Antão e da Faculdade Joaquim Nabuco, PE - Brasil . Técnico da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Brasil.

contemporaneidade, nos projetos de fomento de negócios elaborados pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD/DIPER. Esta instituição tem como objetivo central a atração de negócios para o Estado de Pernambuco, entre suas várias funções podemos destacar: a gestão dos distritos industriais de Pernambuco, a análise dos projetos de incentivos fiscais e as políticas de interiorização do desenvolvimento econômico.

Além disso, as conseqüências sociais das políticas econômicas geraram um interesse quando do nosso estudo realizado na University of Sheffield, Mestrado em Políticas Públicas, intitulado “Desenvolvimento social no Brasil e sua implicação para a consolidação da democracia”. Ao analisarmos, neste trabalho, as causas da debilidade apresentada por algumas políticas sociais, a atenção à necessidade de um melhor tratamento às demandas ambientais foi constatado.

A decisão final de estudar esse tema em um curso de doutorado foi consolidada durante o curso de Economia da Mudança Climática realizado na University of Cambridge. Durante o curso em questão, avaliamos os custos e benefícios da implantação de políticas econômicas realizadas sobre uma base sustentável. Entre os benefícios apontados, destacam-se os ganhos sociais provenientes da idéia de desenvolvimento sustentável e voltados à mitigação e adaptação da mudança climática.

Por fim, o projeto pretende contribuir na criação de mecanismos que visem a eficiência e a eficácia da gestão das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, incorporando princípios de desenvolvimento social e segurança ambiental. Tais mecanismos terão como base tanto os conceitos de desenvolvimento sustentável como os de mitigação ou adaptação da mudança climática e, ainda, a transparência no controle social das políticas públicas.

O Problema

Nas duas últimas décadas do século passado a questão ambiental ganhou maior importância dentro do cenário internacional. Em 1983 foi criado pela Organização das Nações Unidas a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente que objetivava debater e elaborar uma agenda, visando o combate às causas da degradação da natureza no nosso Planeta. Para diagnosticar os problemas

ambientais globais e planejar uma agenda de ações em nível internacional foi instituído um grupo de trabalho interdisciplinar. Esta comissão desenvolveu o Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum. O relatório trazia como vértebra a importância do desenvolvimento econômico mundial que incorporasse preceitos de desenvolvimento sustentável com base em uma agenda sócio-ambiental. O relatório, também, foi o documento base para a conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecido como ECO-92.

Durante a ECO-92 foram apresentadas as bases para a convenção denominada como Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). A convenção tem reuniões anuais e seu objetivo, segundo seu artigo 2, é a “..., estabilização da concentração dos gases que causam o efeito estufa a um nível que previna as perigosas interferências antropogênicas sobre o sistema climático” (UN, 1992). A convenção buscou fortalecer o trabalho do Painel Intergovernamental sobre mudança climática (IPCC, sigla em inglês) e originou o primeiro acordo internacional sobre mudanças climáticas em 1994. Porém, esse acordo não definiu metas de redução, sendo isso feito apenas pelo Protocolo de Quioto.

O protocolo de Quioto foi ratificado em 1998 e estabeleceu metas de redução para os países desenvolvidos e para os países do Leste Europeu que estão em transição quanto ao seu regime político-econômico. O objetivo deste protocolo é atingir a redução média de 5,2 % da emissão mundial de gases causadores da mudança climática no período que abrange de 2008 até 2012. Atualmente está em discussão as ações que serão estabelecidas após a vigência do protocolo de Quioto.

Para os países em desenvolvimento, signatários do acordo, foi idealizado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, sigla em inglês). O CDM, prevê a implementação de projetos que reduzam o aquecimento global obtendo, as Reduções Certificadas de Emissões – RCEs, que são comercializadas no mundo todo como crédito de carbono. Como o protocolo de Quioto não impõe uma redução obrigatória da emissão dos gases poluentes para os países em desenvolvimento, foi duramente criticado pelos EUA que ao final não aderiu ao acordo.

A nova dinâmica surgida através do protocolo de Quioto originou uma nova agenda no centro da governança global. Essa nova agenda envolve instituições clássicas na gestão e elaboração das políticas públicas como os governos

municipais, estaduais e nacionais. Somam-se a eles as organizações multilaterais, organizações não governamentais de ação local e transnacional, entidades sindicais, Blocos Econômicos, Bancos, Setores Industriais, enfim, toda a representatividade ligada à produção e ao desenvolvimento social e econômico do nosso planeta. Estes atores se juntam no processo de gestão das políticas públicas, visando a mitigação e adaptação da mudança climática.

O Brasil, país idealizador do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – CDM tem grande destaque como elaborador e beneficiado dos projetos ligado a esse mecanismo. Segundo a Confederação Nacional da Indústria – CNI:

“... empresas brasileiras venderam mais de R\$ 300 milhões com esses certificados concedidos como recompensa por projetos de redução de emissões de gases que colaboram para o efeito estufa. O potencial do faturamento nos próximos seis anos é estimado em R\$ 4 bilhões.”

Essa característica financeira de obtenção de lucro é motivo das críticas mais negativas em relação ao CDM e a participação dos países em desenvolvimento no protocolo de Quioto. Essas críticas apontam para a utilização desenfreada dos recursos naturais como fonte de maximização dos lucros durante os séculos XIX, XX e início deste século. E, segundo os críticos do CDM, criar um mecanismo visando obter algum lucro financeiro é no mínimo um paradoxo, vindo a deturpar seu objetivo que é a redução do aquecimento global e, portanto, desviá-lo para a obtenção de mais lucro.

O planejamento de políticas sustentáveis de desenvolvimento econômico que venham ser incorporadas por todos os países que assinarem o próximo acordo sobre mudança climática, sendo estes países desenvolvidos ou não, é apontado como solução do problema descrito acima. Essas novas políticas devem, portanto, atacar o problema central do aquecimento global que é o desperdício.

O desperdício é apontado por Foladori (2008) como inerente ao sistema mundial que é capitalista e causa central para os problemas ambientais no mundo, sendo, portanto, necessário a incorporação de um outro sistema mundial.

Em Pernambuco foi criado, em 2008, o Comitê Pernambucano para o enfrentamento das mudanças climáticas que tem como objetivo discutir a criação de leis e planos de ações voltados a equação dos problemas gerados pela mudança climática. Entre essas ações estão inseridas “a separação do lixo em orgânico, não-

orgânico e perigoso, a limitação do uso do carro e suspensão da queimada de cana-de-açúcar.”(FOLHA DE PERNAMBUCO de 18/03/2008).

Além disso, para atacar uma das piores conseqüências da mudança climática em Pernambuco foi criado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente um fundo de R\$ 600 mil. Este fundo é destinado ao agravamento dos processos de desertificação em Pernambuco. (JORNAL DO COMMERCIO).

Estudos Pelo Mundo

Os estudos sobre as elaborações de Políticas Públicas, seus impactos sobre as mudanças climáticas e os conflitos sociais gerados pelo aquecimento global são objetos de publicações em periódicos científicos de todo o mundo. São diversos os documentos que expõem o impacto social de políticas econômicas que levam em consideração o emprego da mudança climática como instrumento norteador nas elaborações de ações desenvolvimentistas.

Entre estes estudos queremos destacar os Estudos sobre o aspecto da gestão de problemas globais de Paku(2002). Ele relata a complexidade de uma gestão que envolva tantos atores e tantos interesses. Pierre & Peters (2000) nos explica as perspectivas de uma governança internacional, os modelos de governança e o papel do Estado nesse cenário.

Stephens, Wilson, Peterson(2008) relatam que toda política energética voltada ao desenvolvimento econômico necessita integrar fatores de estudo relacionados a estabilização da concentração de gases causadores do efeito estufa.

Por sua vez Earle e Siegrist (2008) apontam o risco moral e de injustiça social da ausência da questão ambiental no processo de tomada de decisões. Enquanto que Skrimshire (2008) argumenta que as bases éticas devem ser pensadas acima do princípio de custos e benefícios.

O Impacto social de políticas voltadas às mudanças climáticas é discutido por Torres (2008). Já os riscos sociais de uma política econômica que não incorpore este tópico são apontados por Sadowski (2008). Sadowski apresenta uma estimativa do possível impacto social do aumento do nível do mar, utilizando cenários de mudanças climáticas desenhadas pelo Painel Intergovernamental para Mudança Climática (IPCC).

Para Gomiero, Paoletti e Pimentel (2008), o impacto ambiental promovido pelo aquecimento global e pela agricultura intensiva causa riscos a segurança alimentar em várias regiões da terra. Esse problema é apontado como o maior desafio na história da humanidade. Por fim, Gomiero, Paoletti e Pimentel (2008) sugerem ações para estabilizar a população mundial e a redução do consumo de matérias primas garantindo uma relação harmoniosa do homem com a biodiversidade.

A relação entre a mudança climática, renda, liberalização, globalização e a produção agrícola também podem ser encontradas em Silva (2008). Folarodi (2008), por sua vez, retrata os danos na produção de alimento, entretanto, ele vai mais além, demonstrando como o desperdício gerado pela busca de lucro causa degradação ao meio ambiente e, conseqüentemente, um cenário de insustentabilidade social, que segundo ele, é “intrínseca ao capitalismo”.

O processo de urbanização e sua importância em relação a mudança climática também são explorados por Grimm, Foster e Groffman (2008). Eles analisam o crescimento de megalópoles em todo o mundo e seu impacto no ecossistema e no aquecimento global. A expansão demográfica nessas áreas pode ser melhor compreendida pelo artigo de Puliafito S., Puliafito J. e Grand(2008) . Enquanto que o estudo da degradação do meio ambiente provocada pelo crescimento urbano em áreas costeiras tem no trabalho de Ares e Serra(2008) uma contribuição relevante para o entendimento das mudanças climáticas como geradoras de conflitos sociais e econômicos.

Os danos relacionados à saúde pela transformação do clima também é uma preocupação entre os cientistas. O impacto social causado por epidemias oriundas da mudança climática é provável. Wingfield (2008) relata como os organismos respondem ao meio ambiente e que alterações biológicas podem ocorrer durante o processo de mudanças climáticas.

Outro estudo interessante voltado a pesquisa dos efeitos da mudança climática sobre a saúde é o de Hanlon e McCartney(2008) . Eles iniciam colocando que “a saúde da população é determinada por causas sociais e econômicas”. A transformação climática é relatada como uma dessas causas. Finalmente, eles assinalam o potencial de planos econômicos que abracem o conceito de desenvolvimento sustentável como agente modificador dos efeitos danosos à saúde causados pela mudança climática.

Espécies chamadas de “alienígenas” por White, Ford e Clout (2008) podem ser causadoras de impactos culturais e sociais danosos. Estes “alienígenas” são animais que fugindo dos efeitos das mudanças climáticas passam de uma região para outra. Essas espécies interferem na produção agrícola e são causadores de doenças que as espécies nativas não estão adaptadas para enfrentá-las.

A violência que tem sua origem nos problemas sociais causados pela mudança climática é explicado no artigo de Salehyan (2008). O artigo sugere um debate que melhore a relação das políticas de desenvolvimento econômico, mudanças climáticas e seu reflexo nas condições sociais.

Conclusões

Como se pode perceber a literatura relacionada com esse tema é muito vasta e irá demandar diversas etapas de trabalho durante o nosso doutorado, provocando a contribuição das diversas áreas do conhecimento – abordagem interdisciplinar, a fim de construir inteligibilidades para um assunto de grande importância à agenda mundial como o estudo das mudanças climáticas e sua relação com o desenvolvimento econômico e social.

Em nosso processo analítico combinaremos a abordagem qualitativa e quantitativa. Isso se explica pelo caráter multidisciplinar do estudo das políticas públicas no que se refere às ações de Desenvolvimento Econômico e Social e suas conseqüências na mudança climática e no aquecimento global.

Para avaliarmos os resultados das políticas econômicas e seu desdobramento social utilizaremos taxas, números e proporções que são características da abordagem quantitativa.

Como o fenômeno central é a preocupação das conseqüências sociais relacionadas às mudanças climáticas que são frutos de uma política econômica de características subjetivas e que envolvem traços antropológicos e culturais, precisaremos fazer uma análise profunda e detalhada de fenômenos complexos que exigirá o método interpretativo.

Para iniciar, partiremos de uma revisão bibliográfica, relacionando a questão sobre o Aquecimento Global, a Gestão de Políticas Públicas, a Governança Global e as Relações Internacionais.

Posteriormente, iremos identificar como os centros de Estudos nacionais e internacionais estão tratando esses fatos e quais as abordagens dominantes em seus estudos.

O diagnóstico irá ofertar subsídios para propor formas de intervenções na gestão das políticas de desenvolvimento no Estado de Pernambuco.

Para prescrever intervenções é necessário conhecermos como estão sendo elaboradas as políticas públicas de desenvolvimento econômico e qual nível de importância é dado ao problema da mudança climática em nosso Estado.

Nesse sentido, iremos realizar pesquisa no modelo de planejamento e gestão das políticas públicas de desenvolvimento econômico no Governo do Estado de Pernambuco. A pesquisa analisará a sistematização na elaboração das políticas públicas dos órgãos de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e sua articulação com os agentes de desenvolvimento social e ambiental, além da inclusão do problema das mudanças climáticas em seu planejamento.

Após a coleta dessas informações, estudaremos o impacto social das políticas de desenvolvimento econômico em nosso Estado. A avaliação social dessas políticas pretende incorporar os custos e benefícios de um plano econômico que incorpore o aquecimento global como indicador determinante na elaboração das políticas de promoção de negócios em Pernambuco.

A avaliação será feita através dos projetos relativos ao desenvolvimento Econômico do Estado em seus respectivos órgãos. Isso segue o raciocínio de Cohen & Franco (2007 p. 85) que “é mais conveniente expor o processo seqüencial de tomada de decisões a partir da perspectiva inversa, isto é, começando pela unidade mínima de execução...”.

O trabalho seguirá analisando a relação das políticas de controle ambiental nas esferas Estadual, Municipal e Federal com as políticas de desenvolvimento econômico.

Então, verificaremos a participação de outros atores nacionais e internacionais (ONGS, organismos internacionais, associação representativa de classes, universidades, entre outros) Para completar as informações necessárias, vamos analisar como os projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – CDM estão sendo inseridos em nosso estado.

Por fim, analisaremos como o Estado está se preparando para o pós 2012, quando o protocolo de Quioto irá terminar e outro tomará seu lugar.

Através do processo de avaliação do impacto social das políticas econômicas e a incorporação das questões climáticas e ambientais no Estado de Pernambuco, estamos contribuindo para o esclarecimento da importância deste tema no cenário local, regional, federal e internacional, ajudando a propor políticas alternativas de desenvolvimento econômico onde o bem estar social seja prioridade.

Bibliografia

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARES, J; SERRA, J. Selection of sustainable projects for floodplain restoration and urban wastewater management at the lower Chubut River valley (Argentina). *Landscape and Urban Planning*. V. 85, n. 3-4, p. 215-227, 2008.

CNI – Confederação Brasileira das Industrias. Disponível em: <<http://ww.fiepe.org.br>> Acesso em : 06 nov 2008.

COHEN, Ernesto; FRANCO Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais – 7ª Edição*. Petrópolis: Vozes, 2007.

EARLE, TC; SIEGRIST, M, On the relation between trust and fairness em environmental risk management. *Risk Analysis*. v. 28 n. 5, p 1395-1413, 2008

Estado financia planos contra a desertificação, *Jornal do Comercio*, 24/04/08, *Ciência e Meio Ambiente*.

FOLADORI, Guillermo, A reedição capitalista das crises ambientais. Outubro – *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n. 17, p 189-206, 2008.

GOMIERO, T; PAOLETTI, MG; PIMENTEL, D. Energy and environmental issues in organic and conventional agriculture. *Critical Reviews In Plant Sciences*. v. 27. n. 4, p. 239-254, 2008.

GRIMM, NB; FOSTER, D; GROFFMAN, P, ET AL. The changing landscape: ecosystem responses to urbanization and pollution across climatic and societal gradients. *Frontiers in Ecology and The Environment* V. 6, n. 5, p. 264-272,2008

HANLON, P; MCCARTNEY, G. Peak oil: Will it be public health's greatest challenge?. *Public Health*, v. 122, n. 7, p. 647-652, 2008.

Mudanças no clima em combate, *Folha de Pernambuco*, 18/03/2008, *Caderno Grande Recife*.

PAKU, Nana K. “Global Pandemics: HIV/AIDS” In: *Governing Globalization*. David Held & Anthony McGrew. Cambridge: Polite Press, 2002.

PIERRE, J.; PETERS, B. G. *Governance, Politics and the State*. London: Macmillan, 2000.

PULIAFITO, SE; PULIAFITO, JL; GRAND, MC. Modeling population dynamics and economic growth as competing species: An application to CO2 global emissions. *Ecological Economics*. V. 65, n. 2, p. 157-172, 2008.

SALEHYAN, I. From climate change to conflict? No consensus yet. *Journal of Peace Research*. v. 45, n. 3, p. 315-326, 2008.

SILVA, JA. A multilevel analysis of agricultural trade and socioeconomic inequality in rural Mozambique.

SKRIMSHIRE, Approaching the tipping point - Climate risks, faith and political action. v. 4, n.2, p. 9-22, 2008.

STEPHENS, JC; WILSON, EJ; PETERSON, TR., Socio-Political Evaluation of Energy Deployment (SPEED): An integrated research framework analyzing energy technology deployment. *Technological Forecasting And Social Change*, v.75, p 1224-1246, 2008.

TORRES, R, The Social impact of policies to address Climate Change: A review of the issues. *International Labour Review*. v. 147, n. 2-3, p. 275-279, 2008.

WHITE, PCL; FORD, AES; CLOUT, MN. Alien invasive vertebrates in ecosystems: pattern, process and the social dimension. *Wildlife Research*. v. 35, n.3, p. 171-179, 2008.

WINGFIELD, JC. Comparative endocrinology, environment and global change. *General and Comparative Endocrinology*. V. 157, n. 3, p. 207-216, 2008.